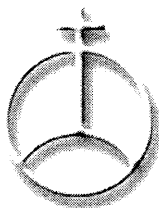


VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 7



PORTO ALEGRE
2006

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. Sua sede se localiza na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos diretivos são a Assembléia Geral dos sócios, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. Seu patrimônio é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceitos pelo Conselho Diretivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembléia Geral.

Conselho Diretivo

Presidente: Regina Zilberman, PUCRS,
rzilberman@pucls.br

1º. Vice-Presidente: Carlos Reis, Univ. de Coimbra,
c.a.reis@mail.telepac.pt

2º. Vice-Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela,
fgtorres@usc.es

Secretária-Geral: Maria da Glória Bordini, PUCRS,
mgbordini@pucls.br

Vogais: Ana Mafalda Leite (Univ. Nova de Lisboa); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Cristina Robalo Cordeiro (Univ. Coimbra); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. Roma, La Sapienza); Fátima Celeste Ribeiro (Contacto, Serviços de Línguas, Lda); Helena Rebelo (Univ. da Madeira) M. Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Rolf Nagel (Univ. Duisburg); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense); Thomas Earle (Univ. Oxford)

Associe-se pelas *homepages* da AIL:

www.lusitanistasail.net; www.pucls.br/ail

Informações pelo *e-mail*:

lusitanistasail@terra.com.br

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 7 - Dezembro de 2006

Diretor:

Regina Zilberman

Diretor Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Cláudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Ana Mafalda Leite; Carlos Reis; Cristina Robalo Cordeiro; Elias Torres Feijó; Ettore Finazzi-Agrò; Fátima Celeste Ribeiro; Fátima Viegas Brauer-Figueiredo; Helena Rebelo; Laura Calcavante Padilha; M. Carmen Villarino Pardo; Maria da Glória Bordini; Rolf Nagel; Sebastião Tavares de Pinho; Teresa Cristina Cerdeira da Silva; Thomas Earle

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Endereço eletrónico: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação: Helder Macedo; Regina Zilberman

Revisão: Tania Regina Ortiz Vernet

Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

EDIPUCRS, Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102



SUMÁRIO

EDITORIAL	07
APRESENTAÇÃO	09
ÁFRICA	
ANA MARGARIDA FONSECA Desafios da mestiçagem: o realismo mágico em questão	13
JOSÉ PIRES LARANJEIRA Mulheres que escrevem: Noémia, Alda, Conceição, Chiziane ..	31
MARIA MANUELA JALES C. DE ARAÚJO Francisco José Tenreiro e Noémia de Sousa: um diálogo com as vozes negro-americanas de Harlem	41
MARIA NAZARETH SOARES FONSECA Coreografias da escrita literária: diálogos e modulações	53
PETAR PETROV Intertextualidade e criação literária: Guimarães Rosa, Luandino Vicira e Mia Couto	67
ANGOLA	
CARMEN LUCIA TINDÓ RIBEIRO SECCO A poesia angolana pós-independência: tendências e impasses ..	83
ELIZABETH R. Z. BROSE <i>A Gloriosa Família</i> : transtextualidade e tradução	101
LAURA CAVALCANTE PADILHA O movimento programático do anticolonial no âmbito da literatura angolana	117

CABO VERDE

BENILDE JUSTO CANIATO
Cabo Verde: a fome em sua literatura 131

BENJAMIN ABDALA JUNIOR
Globalização, cultura e identidade em Orlanda Amarílis 145

JANE TUTIKIAN
Germano Almeida, tradutor de uma nova realidade 161

MOÇAMBIQUE

J. D. COSME
Moçambicanidade vs. africanidade: a construção de
nacionalidades literárias nos mundos anglófono e lusófono 177

MARIA APARECIDA SANTILLI
Maravilhas do conto fantástico de Mia Couto 193

MARIA LUÍZA RITZEL REMÉDIOS
O eu possível na dança do amor: *Niketche*, uma história de
poligamia 207

RITA CHAVES E TÂNIA MACEDO
Entrevista com Mia Couto 219

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

INOCÊNCIA MATA
A poesia de Conceição Lima: o sentido da história das
ruminações afetivas 235

RUSSELL G. HAMILTON
A dolorosa raiz do micondó: a voz poética intimista, são-
tomense, pan-africanista e globalista de Conceição Lima 253

OS AUTORES 267

EDITORIAL

Os estudos das produções literárias à margem do sistema hegemônico têm sido matizados pelo conceito de diferença. Situam-se, na óptica de uma crítica mais tradicionalista, não apenas como literaturas diferentes, mas com fronteiras rígidas. Se essa qualificação pode ser eventualmente interessante, quando se tem em vista respeitar a alteridade, por outro, ela pode ser problemática, implicando encerrar tais literaturas em delimitações fechadas, isolando-as do contexto mais geral, com o qual efetivamente elas se imbricam. Por outro lado, as diferenças, para quem se posiciona nos centros de poder simbólico, são sempre atribuídas à periferia do sistema. Diferentes são as outras literaturas, nunca as centrais. É uma inclinação do pensamento, análoga à rotulação do étnico. Étnicos, isto é, negros, hispânicos etc. são os outros, nunca os próprios. Os próprios são portadores dos padrões etnocêntricos de excelência, reunindo as purezas de Ariel; os outros são os mestiços afins de um Caliban, para nos valer de uma das muitas leituras dessas personagens de Shakespeare.

Em confluência com essas formas de catalogação está a tendência à guetização da diferença. Democracia, neste caso, procura ser rimada com exclusão, o que é uma impossibilidade, como alguns dos ensaios deste número de *Veredas* permitem inferir. São aqui focalizadas criticamente as literaturas africanas de língua oficial portuguesa. Literaturas híbridas, de múltiplas fronteiras, como poderá ser observado. Literaturas compósitas, em que se mesclam várias tradições, a partir do solo e do pensamento de cada uma das nações africanas. Ao contrário dos essencialismos étnicos, que podem levar à guetização, são literaturas que se mostram com fronteiras de múltiplas articulações. Além das fronteiras internas, onde interação múltiplas culturas, há as externas que se manifestam em cada país. Relevem-se, nesse sentido, nas fronteiras africanas, aquelas que apontam para os países africanos da mesma comunidade lingüística. E comunitário se alarga para o Brasil e Portugal, por onde circulam cada vez mais as produções africanas.

Embora as literaturas africanas em língua portuguesa estejam estreitamente ligadas à consolidação do Estado-Nação – seu estatuto independente é fato historicamente recente –, elas não se limitam à construção de passados míticos. Isto é, ao procurarem o que neles é singular, suas diferenças, distanciam-se da construção de identidades circunscritas ao mítico. Melhor, por serem híbridas, fazem da mescla cultural que veio da experiência histórica um fator de produtividade artística e de inserção supranacional. E da mesma forma que os africanos podem descortinar, nas literaturas do Brasil e de Portugal, facetas do comunitarismo cultural que os envolvem, também brasileiros e portugueses têm evidenciados, nessas literaturas, traços que os identificam com os africanos. Há uma experiência histórica comum que envolve essa comunidade lingüístico-cultural, que o texto literário nela produzido pode relevar, além – é evidente – dos valores mais gerais que são próprios da literatura.

A Direção da Revista

APRESENTAÇÃO

A avalanche de transformações em todos os campos, que marcou o século XX, transformações de barreiras econômicas, políticas, sociais e culturais, a “falência das utopias”, o avanço das comunicações, a mundialização do capitalismo, acentuando desigualdades, inferiorizações e exclusões, trouxe, também, o interesse pelas chamadas literaturas terceiro-mundistas no primeiro mundo. Questões como pós-colonialismo, nacionalismo, identidade e alteridade terminam ocupando significativo espaço em textos nacionais, ficcionais ou não.

Aí, as literaturas africanas de língua portuguesa debruçam-se sobre a repensagem de sua história, imediata ou não, através de abordagens estéticas muito particulares na produção de uma memória histórica. Rompe-se com o oficial, o fixo e o codificado, e abre-se o leque das plurissignificações e do dialogismo. O texto, resguardado o poder encantatório, se inscreve no real, projetando-se na direção do documento e da reflexão.

Nesse sentido, a África se desvela, diante do Ocidente, através da sua literatura, com seus problemas reais, contrariando o exotismo e o misterioso, colocando na mesa o debate sobre o pós-colonialismo, que está no cerne do debate sobre a identidade contemporânea. É justamente a visão crítica desse universo que a Revista *Veredas*, em seu sétimo número oferece aos seus leitores.

A Revista foi dividida em seções. A primeira delas é *África*. Aí, Ana Margarida Fonseca reflete sobre a importância e as funções assumidas pelo maravilhoso ou mágico em *Terra sonâmbula*, de Mia Couto, e *A geração da utopia*, de Pepetela, integrando esta questão no debate acerca da hibridização ou mestiçagem nos espaços pós-coloniais. Pires Laranjeira, por sua vez, mostra que as mulheres africanas começaram a escrever e a publicar quando se atingiu uma consciência nacionalista que permitiu a aspiração à criação de um movimento cultural independentista sustentado num projeto de igual teor político independentista, emparccirando com os ho-

mens-escretores; entretanto, na literatura, elas continuam minoria. Maria Manuela Jales C. de Araújo coloca em evidência o diálogo entre o são-tomense Francisco José Tenreiro e a moçambicana Noémia Sousa com as vozes negro-americanas de Harlem. Maria Nazareth Soares Fonseca aponta para o fato de que muitos textos das literaturas africanas de língua portuguesa, ao evidenciarem a consciência de pertencimento a espaços significados por larga tradição oral, optam por uma elaboração literária voltada para as tradições coletivas de canto, dança e de relações que revelam um contato mais intenso com o corpo, compondo diferentes escritas. Ainda dentro dessa seção, Petar Petrov analisa o projeto literário de Guimarães Rosa, relacionado com a especificidade da estória, e sua repercussão em tendências artísticas assumidas por outros autores de língua portuguesa, notadamente Luandino Vieira e Mia Couto.

Na seção denominada *Angola*, Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco reflete sobre a poética produzida pelas e a partir das Brigadas, quando se rompe com o tom épico dos poemas de combate que dominaram a cena literária entre 1960 e 1975, abraçando um viés lírico e uma reflexão profunda acerca de questões humanas e literárias. Elisabeth R. Z. Brose estuda o narrador de Pepetela, em *A gloriosa família*, mostrando-o como um tradutor de culturas, sujeito da fronteira, da negociação cultural entre diversos povos. Laura Cavalcante Padilha levanta subsídios que permitem uma abordagem mais sistematizada sobre o movimento programático surgido, em Angola, na segunda metade dos anos 40 do século XX (entre 1948 e 1975), chamado, pela crítica, de *literatura anticolonial*.

Cabo Verde é re-visitado por Benilde Justo Caniato, que revela, através da trajetória da fome, como, literariamente, Cabo Verde evoluiu do condicionalismo colonial das primeiras décadas do século XX para um estado de conscientização, em que a verdade histórica do Arquipélago passa a ser registrada. Benjamin Abdala Junior analisa a obra da escritora Orlanda Amarílis, demonstrando como, em meio ao individualismo e à indiferença que marca nosso tempo, ela recoloca o homem no centro de suas preocupações, resgatando a memória cultural de seu povo. Jane Tutikian investiga *Meu poeta* e *Eva* sob o prisma da re-leitura, pela ficção, da História pós-colonial, apontando nesta confluência, a partir da própria con-

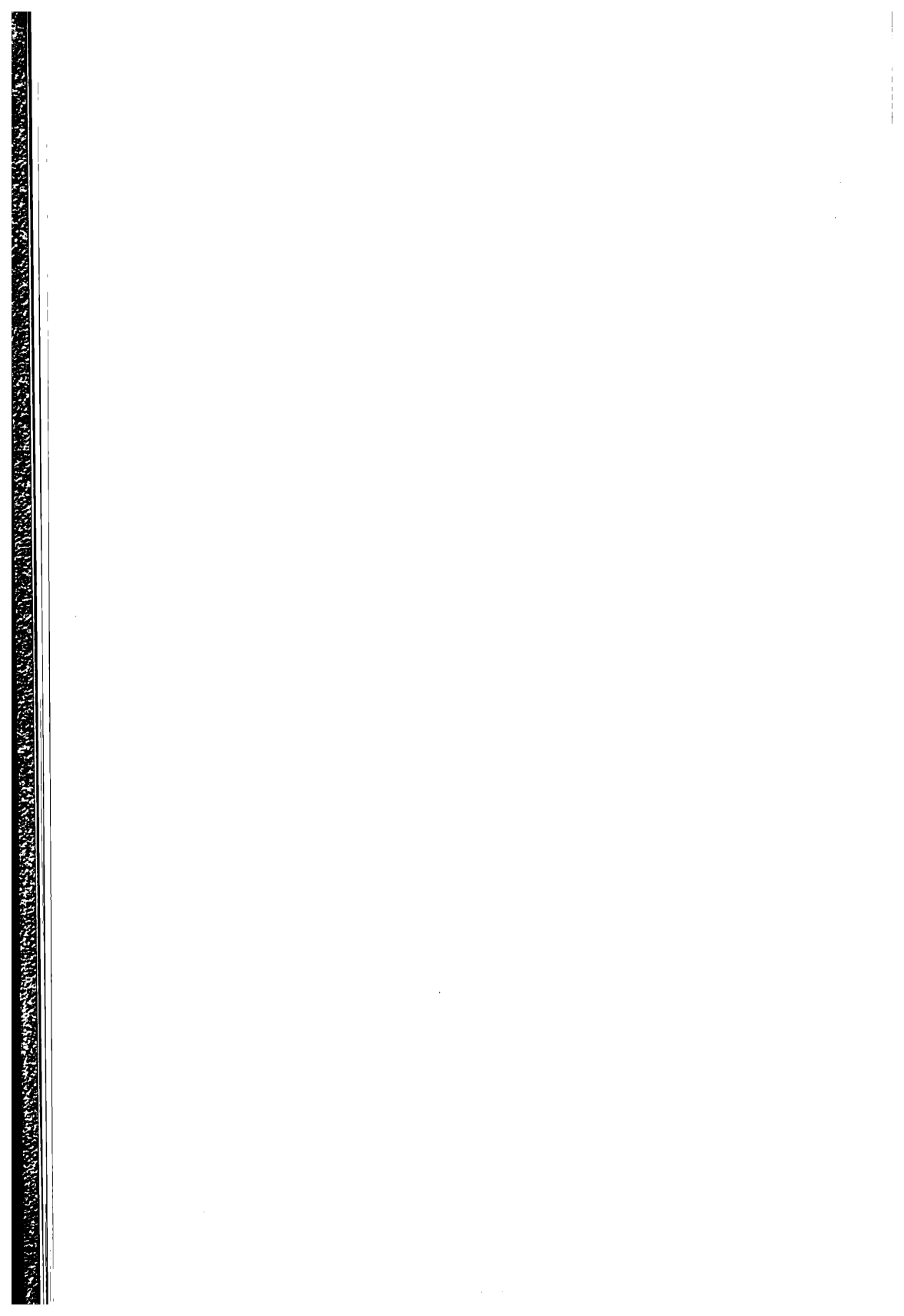
fluência de espaço e de tempo, de diferenças culturais, inclusões e exclusões, colaborações e contestações, a forma como a identidade nacional (política e cultural) ganha outra face. São os novos signos os que Germano Almeida busca traduzir.

A seção que trata de *Moçambique* toma a atenção de J. A. D. Cosme, que compara os universos críticos da África anglófona e de Moçambique, através da análise de alguns discursos dominantes, problematizando, a partir daí, conceitos de africanidade e moçambicanidade, como de qualquer valor nacional. Maria Luiza Ritzel Remédios, por sua vez, em “O eu possível na dança do amor: *Niketche*, uma história de poligamia”, coloca em evidência como, com Rami, desvela-se um país que oscila entre tradição/modernidade, territorialidades codificadas e as desterritorializações submetidas aos fluxos exteriores; entre o homem a quem a sociedade tudo permite e a mulher humilhada, mas que, em nome do amor, é capaz de se reerguer. Maria Aparecida Santilli investiga o fantástico como elemento estético e social na narrativa curta do escritor moçambicano Mia Couto, e Rita Chaves e Tânia Macedo trazem uma instigante entrevista com o escritor moçambicano.

Na última seção, *São Tomé e Príncipe*, tanto Inocência Mata quanto Russell Hamilton voltam-se para a obra de Conceição Lima. Inocência Mata desbrava o lirismo e a intensidade épica, na obra da poetisa, para resgatar daí o seu significado de pertença e de identidade; Russell Hamilton sublinha aspectos relevantes da forma, do conteúdo e do contexto sociohistórico, para colocá-la entre os poetas mais importantes não só de São Tomé e Príncipe, mas também dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e do mundo global.

Assim, a Revista *Veredas*, neste número, abrangendo a multiplicidade de idéias e discursos, oferece aos leitores textos de indubitável qualidade, procurando mostrar a África pela África, por sua literatura, o que é fundamental nestes tempos em que a nossa identidade se redefine como multirracial e multicultural.

Jane Tutikian
Organizadora



Mulheres que escrevem: Noémia, Alda, Conceição, Chiziane

JOSÉ PIRES LARANJEIRA

Universidade de Coimbra

À Niu.

Embora minoritárias no campo literário, as mulheres africanas começaram a escrever e a publicar quando se atingiu uma consciência nacionalista suficientemente desenvolvida para se poder aspirar à criação de um movimento cultural independentista sustentado num projeto de igual teor político independentista, emparceirando com os homens-escretores. Isso aconteceu na virada dos anos 40 para os 50, nas colônias africanas de Portugal. Há dois exemplos que se transformaram em verdadeiros ícones representativos das capacidades das mulheres africanas que queriam escrever: a moçambicana Noémia de Sousa e a são-tomense Alda Espírito Santo.

A literatura de cada colônia (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau) tem evoluído, na sua forma escrita, desde o século XIX, quando as máquinas impressoras foram introduzidas, pela primeira vez, nesses territórios, o que levou ao direto desenvolvimento, natural, da escrita, juntamente com

o ensino difundido pelas confissões religiosas, e, depois, do ensino laico, e, por arrastamento, ao ensino da literatura “universal” e à criação da própria, com a exceção da Guiné-Bissau, cujo processo foi bem mais tardio, lento e com menor incremento. Até os anos 50 do século XX, as mulheres são uma minoria ainda mais extrema do que a extrema minoria dos intelectuais (e, mais ainda, a minoria extremada dos escritores), precisamente por constituírem, como na metrópole colonial, uma franja social sem escolaridade, sem inserção no mercado de trabalho, sem direitos na família ou, quando franja escolarizada, inserida na cadeia do trabalho ou independente (sem marido e sem filhos, por exemplo), por ser branca ou mestiça ou mesmo negra, não ter verdadeira e aprofundada consciência do sistema capitalista e colonial e, portanto, na sua escrita (pública, se publicava, ou privada, se escrevia um diário ou papéis avulsos) não revelar qualquer nota que demonstrasse saber qual o seu lugar no processo de produção capitalista e de dominação colonial e qual o seu papel na relação de forças da organização social. Sendo mulheres, e negras, mais difícil seria encontrar quem, por elas, pudesse falar, escrever, pois a tendência normal seria os homens, negros que fossem, escreverem sobre as mulheres de um ponto de vista tão genérico e abrangente que os “casos” delas, as suas vivências, a sua perspectiva histórica e social não saíssem, senão do estereótipo, pelo menos, do esquema da “Mãe-África”, da “negra sensual” ou, um pouco mais do que isso, da “negra quitandeira” ou da “negra lavadeira”. A mulher africana, negra, mesmo nos anos 50, continua a padecer de uma figuração que não a individualiza enquanto ser sociopsicológico e cultural, a não ser em escala diminuta. Ela surge na poesia revolucionária dos homens negros e brancos (Agostinho Neto, António Jacinto, Viriato da Cruz, em Angola, ou José Craveirinha, em Moçambique), engajada socialmente, dos anos 50 do século XX, como figura que ultrapassa o estereótipo sensualista e hedonista – de preconceito racista – do século XIX, mas sem a complexidade social, psicológica, mental, ideológica e cultural que seria apanágio de poetisas como Noémia de Sousa (na sua poesia, escrita na virada dos anos 40) ou de romancistas posteriores, como Paulina Chiziane (anos 90).

As duas mulheres, negras, acima referenciadas, Noémia de Sousa e Alda Espírito Santo, são as que primeiro explicitam a formação econômica do colonialismo e a situação de racismo existente nas colônias. Noémia de Sousa escreveu o seu único “livro” de poesia¹ – na verdade, só publicou esse livro entre 1947 e 1951, ano em que o policopiou datilograficamente, passando ele a circular (não só em Moçambique, mas também, pelo menos, em Angola e em Portugal) e a propagar a sua “mensagem”, fazendo verdadeiramente o que se pode chamar de “escola”. A autora era muito jovem, o que explica, de certo modo, o discurso simples, emocional, conteudístico, engajado, que nunca foi rebuscado, paroxístico, sintético, contido e erudito. A sua poesia surge nos antípodas de um Ricardo Reis, heterônimo pessoano, ou dos simbolistas. Emerge como uma espécie de lamento piedoso e revoltado contra a escravidão e o racismo, a dominação e exploração coloniais, a desigualdade econômica e social. A mulher, em Noémia, é também a imagem da “Mãe-África”, da africana sensual, que não se dissocia da *mulher quotidiana*, aquela que trata das crianças, trabalha em casa, ajuda nos rendimentos domésticos com algum trabalho para fora, se sujeita à humilhação de viver num âmbito social que lhe é adverso, e pode ser, excepcionalmente, uma intelectual, como a autora. No conjunto da sua poesia, a mulher emerge, pela primeira vez em Moçambique, e, durante, bastante tempo, em todas as colônias de África de língua portuguesa, como uma figura bem delineada, com temperamento, sonhos, paixões, amizades brancas fraternas, experiente e temperada no trabalho braçal, ligada aos modos culturais da tradição étnica do campo, embora vivendo em meios urbanos ou periurbanos, consciente dos seus direitos humanos e femininos, crente no progresso material e espiritual, detendo uma consciência cívica e política, enfim, a mulher é uma figura humana credível, com suas características profundamente arraigadas de mulher moçambicana e africana e, por outro lado, cooptando formas de universalidade, ao juntar a sua voz de revoltada e insubmissa ao coro das mulheres que admira, como as norte-americanas negras Marion Anderson e Josephine Baker.

É difícil deslindar, por vezes, perante uma frase algo “exotista”, se se trata de um deslize de linguagem estereotipada (“altiva

¹ SOUSA, Noémia de. *Sangue negro*. Maputo: AEMO, 2001 (1951).

e mística”) ou, como outros trechos explicitamente indicam, uma crítica aos fundamentos perceptivos preconceituosos (“esfinge de ébano”; “amante sensual”; “jarra etrusca”; “exotismo tropical”; “animalidade”; “magia” etc.). Porém, se atentarmos na totalidade da sua obra, nas suas nítidas componentes negritudinista (veja-se o título simbólico: *Sangue negro*) e neo-realista (poemas sobre os magaiças, por exemplo), de exaltação da raça negra e *demonstração* da exploração capitalista e colonialista, concluiremos que todo o aparente deslize metafórico-conceptual é, na verdade, uma crítica aos conceitos exóticos, sem que todavia se anule a suspeição da existência de contradições conceptuais nessa poesia. Um texto como “Um poema a Jorge Amado” explicita a herança revolucionária, mas, por outro lado, parece cantar a mestiçagem rácica e cultural (defeito lusotropicalista), ao querer ignorar explicitamente, se bem que como estratégia retórica de louvação da brasilidade, a existência de raças e nacionalidades: “Que importa, afinal, que as gentes sejam moçambicanas / ou brasileiras, brancas ou negras?”. Num poema que canta a igualdade simbólica de moçambicanos e brasileiros (“o povo é o mesmo”), que rememora Zumbi dos Palmares, mas também Castro Alves e Luís Prestes, Jorge Amado, Lampião e o Negriinho do Pastoreio, é no mínimo conciliador com a dominação de classe e raça extinguir as diferenças rácicas em sociedades e tempos marcados pelo profundo antagonismo quanto a essas categorias.

Anote-se que a autora só viu o seu livro publicado, pela primeira vez, em 2001, pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Descontados os percalços pessoais, as teimosias particulares ou os obstáculos institucionais, resta verificar que meio século se passou entre a edição policopiada e a edição em livro. Não será isso também o sinal do menosprezo pela obra de uma mulher, que, muitas vezes, foi criticada como sendo pouco poética, muito prosaica, e cuja simplicidade, a contrapelo da poesia mais robustamente erudita (por exemplo, a de Rui Knopfli), lhe acarretou a diminuição de méritos – inquestionáveis –, por não se enquadrar no cânone da poesia corrente nas academias e nos salões e tertúlias literários (universidades, associações culturais, movimentos, cafés etc.)? Pouco antes de falecer, a edição foi possível, finalmente, fazendo jus a

uma mulher que abriu caminhos, a partir do “nada”, para outras mulheres e homens escritores.

Pela mesma época, Alda Espírito Santo, outra jovem negra, vivendo em São Tomé e Príncipe, professora primária, corria o ano de 1948, publicava, em *A Voz de S. Tomé*, o texto “Mundo negro”,² que é um “grito inacabado dos negros”, segundo uma expressão da sua autoria. Nesse texto, em que fala dos “mártires da minha coletividade”, exalta a “poesia negra” das Américas e de África, louvando o negro norte-americano Langston Hughes e o são-tomense do século XIX Costa Alegre. Dirige-se às mulheres negras, implicitamente tidas como analfabetas: “Negras, negras, que passais por essas estradas fora do meu torrão natal, vós que passais aos bandos, a caminho da feira (...) talvez ignoreis a existência duma poesia destinada a enaltecer-vos e a falar de vós (...) mas vossos filhos falar-vos-ão, por certo, deste poeta da nossa terra”. Esse texto extraordinário (não pode haver outra classificação) marca o início das operações ideológicas de *feminização do nacionalismo* africano de língua portuguesa, muito antes da irrupção das mulheres-guerrilheiras em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que essas não precisaram de discurso sancionador da sua intervenção cívica. A jovem viria a evoluir como militante política cada vez mais importante, participando também na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, enquanto publicava poemas dispersos, sempre fortemente vinculados ao questionamento político. Após a independência, seria mesmo a líder da Assembleia Nacional popular.

Mais de meio século depois de surgir o texto de Alda Espírito Santo, que publicaria também um livro de poesia nacionalista e, agora mesmo, neste ano de 2006, mereceu um livro de homenagem, em Lisboa, organizado por Inocência Mata (outra mulher são-tomense) e Laura Padilha, uma nova poetisa são-tomense, Conceição Lima, publica o seu segundo livro, *A dolorosa raiz do micondó*,³ no qual a mulher-enunciadora, tal como no livro de Noémia, é fundamentalmente uma intelectual que, aqui e ali, representa outras

² ESPÍRITO SANTO, Alda. *Mundo negro*. In: LARANJEIRA, José Pires (org.). *Negritude africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Braga: Ângelus Novus, 2000. p. 1-6.

³ LIMA, Conceição. *A dolorosa raiz do micondó*. Lisboa: Caminho, 2006.

mulheres. No geral, essa mulher, que afirma “eu sou a que agora fala”, apresenta-se como inovadora em relação às ancestrais e precedentes: “refunda a mão do meu pai / transgride a lição de minha mãe”. A poetisa tece um discurso autobiográfico e simultaneamente representativo não só das mulheres são-tomenses quanto africanas: “Eu que trago deus por incisão em minha testa / e nascida a 8 de Dezembro / tenho de uma madona cristã o nome. // A neta de Manuel da Madre de Deus dos Santos Lima / que enjeitou santos e madre (...) Eu que encrespei os cabelos de san Plentá, minha três vezes avó / e enegreci a pele de san Nôvi, a soberana mãe do meu pai”. A autora chama-se, de fato, Maria da Conceição Costa de Deus Lima e é negra, assumindo, na poesia, o legado tradicional da cultura africana e são-tomense, a história de revoltas contra o regime colonial, a esperança num futuro melhor contra o presente de mentira e continuidade da exploração do povo pelos políticos. Ela posiciona-se como a figura, hoje histórica, de Alda Espírito Santo, no concernente à capacidade de luta através da poesia, embora num plano distinto, pois é uma jornalista da BBC de Londres e não uma ativista política, afirmando-se somente no plano intelectual. A sua poesia, aliás, consegue ascender a um patamar de maior elaboração do que o da poesia de Noémia, ao assumir-se como mais amplamente representativa e menos prisioneira de modelos epocais (negritude, neo-realismo, no caso de Noémia). Nessa poesia, não havendo lugar para um discurso excessivamente definidor de espaços locais e figuras humanas concretas (se bem que radique no “chão” do seu país), como acontecia com Noémia, encontra-se a evocação da lenda de uma “bruxa”, San Malanzo, descrita como muito velha e muito pobre, sem filhos, enteados ou afilhados, num dos escassos acessos “neo-realistas” da autora. Como se fosse o único poema parecido com os de Noémia, retratando uma figura miserável, foco de comisseração. Os traços autobiográficos são sobretudo desenvolvidos no longo poema “São João da Vargem”, onde o mundo evocado, sobretudo o da infância, “era fechado como um anel”, e onde predominavam as mulheres, desde a mãe, a avó, as tias e as primas, até as quatro peixeiras de que refere os nomes (Vingá, Malanzo, Adelina e Nólia). A peixeira Malanzo será a mesma “bruxa” (feiticeira) do outro poema? Entre a realidade do trabalho e da condição social (“as filhas que eu não sabia que iriam ser peixeiras também”) e a recria-

ção de uma lenda de solidão feminina (a “bruxa”), se tece a condição da mulher-enunciadora consciente de um mundo africano, em tudo diferente da capital inglesa, onde a sua ascensão social ficou estabelecida desde cedo, pelo nascimento e educação, que agora lhe permitem esse olhar poético sobre o passado.

A escritora contemporânea moçambicana Paulina Chiziane publicou o quarto romance, *Niketche*,⁴ cujo motivo é também o da condição feminina no seu país. Com ela, estamos já distantes da poesia contestatória e castiça de Noémia de Sousa, mas não tanto de uma sociedade preconceituosa, agora de modo diverso, findo o colonialismo. É que ficou conhecida a aversão dos colegas escritores moçambicanos em aceitarem a sua condiscípula, quando ela apareceu na sede da associação de classe, embora tivessem de se render ao inevitável – era a primeira escritora com repercussão internacional a surgir em Moçambique. Mas causou escândalo a figura da escritora, negra, gorda, fumadora compulsiva, cristã, animista, com histórias de mulheres para publicar, irrompendo nos salões, afirmando o seu direito de posse.

O romance, uma “história de poligamia”, não difere dos livros anteriores quanto às visões de um olhar feminino sobre os “mundos” construídos à imagem e semelhança de Moçambique: a grande diferença entre o Norte e o Sul, a cidade e o campo, o estatuto social do homem e da mulher, os ricos e os pobres, a guerra e a paz, a tradição e a modernidade. Aqui, trata-se do questionamento antropológico, cultural e socioeconômico do machismo e do oportunismo dos que enganam as mulheres, não suportando ser, por sua vez, enganados por elas.

A perspectiva é a do interior das sociedades negro-africanas, com suas questões regionais, os “universos” especificamente delimitados, a dissecação das suas crenças em conflito com a modernidade. É uma escrita demonstrativa, argumentadora, límpida e linear, que expõe o trágico quotidiano de Moçambique, numa perspectiva feminina, sem favorecimento das mulheres, mas como que falando por elas, como nenhum homem, nenhum escritor o poderia fazer.

⁴ CHIZIANE, Paulina. *Niketche*: uma história de poligamia. Lisboa: Caminho, 2002.

O romance de Chiziane, podendo remeter para a ética comportamental nas relações entre homens e mulheres (que são relações sociais, lembre-se), como se poderia supor, nos primeiros capítulos, pelo discurso sério e seco, pela tensão dramática, revela-se, aos poucos, uma diatribe aberta e descomplexada, mas acutilante, que se transforma numa espécie de farra hedonista, burlesca e simbólica sobre as causas profundas do mal-estar feminino. A autora vai complexificando as relações humanas, até se verificar a mudança radical da visão ética por parte de algumas personagens, que passam a aceitar o anteriormente inaceitável, sobretudo a protagonista, educada ao *modo ocidental*.

O espaço físico e social é o da capital, Maputo. Para esse cadinho cultural, sede dos poderes, convergem as mulheres e os homens de variados grupos e etnias. A esposa-rainha e as quatro damas, mais as restantes ocasionais, “amigas” ou “casos”, representam diversificados modos de ver os homens e as mulheres e de sobrevivência na *selva* de uma sociedade em que escasseiam os bens de subsistência, mas também o afeto. Assim, compreende-se melhor as hipóteses de amores “clandestinos” de Tony (ou nem tanto como isso), teúdos e manteúdos pelas suas capacidades financeiras, mas não bem sucedidos, porque as exigências são demasiadas, embora elas se satisfaçam com o pouco que têm de afeto, dinheiro, filhos à toa, visto que, provenientes do interior, tornam-se realistas perante essas dádivas do marido, dando graças aos espíritos.

Quando a protagonista se auto-analisa, define a condição feminina e compartilha os seus dissabores, aprende também ela a arte da compreensão, distinguindo as diferenças entre as mulheres senas, tsongas, macuas ou macondes, pelo modo como vivem e trabalham, se enfeitam e comportam para enfeitar os homens, que escasseiam. O ódio transmuda-se em aceitação: “o país está cheio de mães solteiras”. A narrativa diversifica, mostrando a estratificação social e cultural.

Sem hipocrisia e sem tragédia de “pecado” (noção alheia às mulheres não-cristãs do interior), as relações adensam-se de sabedoria, a família alarga-se africanamente (em que todos procuram tirar proveito de tudo), numa atmosfera de luta desesperada pela sobrevivência: “Amor polígamo é mesmo isto. Ter o homem nos braços a

suspirar por outra (...) é mastigar a dor como alimento, engolir com saliva e encher a pança”. Daí que o romance constitua uma busca das causas para tais estados conjugais (casamento, “lobolo”, amigação), apresentando uma teoria do homem e da mulher, para se concluir que a sensualidade também é cultural e, por isso, se possa aceitar um *parlamento conjugal*, vivendo em democracia sentimental e econômica. As mulheres tramam artimanhas, unem-se contra o homem, vingam-se, desfazem compromissos cristãos e regressam às “raízes”, ao “lobolo”, tornam-se empreendedoras e casam a tradição com a modernidade. A ironia feminina transborda pelo texto, invadindo a retórica da frase e das imagens, como no caso em que a protagonista pratica o “levirato” africano com Levy (veja-se: nome judeu), irmão precisamente de Tony, que tem mulher legítima, Rami, e ainda Julieta, Luísa, Saly e Maná (cada qual procedente de uma região diferente do país), além de relações esporádicas com Eva, diretora de empresa. Nesse ato, é como se todas as mulheres fossem vingadas, incluindo aquela figurante que teve cinco filhos, quatro resultantes de violações pelos portugueses, pelos guerrilheiros de libertação nacional, pelos comandos rodesianos brancos e pelos rebeldes-terroristas da guerra civil.

A conclusão provisória, do ponto de vista social, que se pode extrair – pode ser tema de outro trabalho de alguém – é que, tanto para as literaturas africanas de língua portuguesa, como para qualquer literatura, ainda falta muito, nesse campo, até as sociedades se tornarem mais igualitárias. Isso será parcialmente alcançado quando coexistir, no mesmo território, aproximadamente o mesmo número de escritores homens e mulheres. Até lá, a desigualdade é manifesta. Parece claro que a literatura somente alcançará a sua expressão máxima de equidade quando os escritores forem sobretudo negros e igualitariamente homens e mulheres.

